



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIA

REQUERIMENTO N.º , DE 2014 **(Da Sra. ERIKA KOKAY)**

Requer a realização de Audiência Pública para debater o Projeto de Lei 7447/2010, que estabelece diretrizes e objetivos para as políticas públicas de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais.

Nos termos dos Art. 24, Inciso III, combinado com o Art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência a realização de reunião de Audiência Pública para debater o Projeto de Lei 7447/2010, que estabelece diretrizes e objetivos para as políticas públicas de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais. Encaminharemos, posteriormente, a essa Comissão os nomes dos debatedores que comporão a Mesa.

JUSTIFICAÇÃO

No decorrer do ano de 2013, o Fórum Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Tradicionais de Matriz Africana, em parceria com a Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos Humanos e as Comissões de Direitos Humanos dos Parlamentos Estaduais do Rio Grande do Sul, São Paulo, Bahia, Alagoas e Rio de Janeiro, realizaram uma série de Audiências Públicas para debater o Projeto de Lei 7447/2010, bem como a necessidade de aprovação de um marco regulatório para esse segmento.

Portanto, o momento é mais que oportuno para que essa Comissão debata o referido Projeto de Lei, que assegura às comunidades tradicionais que são expostas a discriminação e desvantagem social, os instrumentos para o exercício da cidadania



CÂMARA DOS DEPUTADOS

em condições de igualdade com os demais segmentos. Apesar dos avanços alcançados pelo atual governo na implementação de políticas públicas que reforçam a igualdade de condições entre os cidadãos, precisamos avançar no intuito de construir um arcabouço legal que contemple todos os brasileiros e brasileiras em especial aqueles e aquelas que vêm sofrendo diariamente em razão da falta de legislação que os proteja.

Por essa razão, apresento este requerimento para o qual solicito o apoio dos nobres pares.

Sala da Comissão, em 10 de fevereiro de 2014.

ERIKA KOKAY

Deputada Federal – PT/DF